

## **A CIDADE DAS ELITES: Produção Cultural e Construção de Identidade no Cinquentenário de Itabuna-BA nos Anos de 1960**

**Danilo Ornelas Ribeiro\***

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir sobre a atuação da elite local de Itabuna, no sul da Bahia, a partir da análise de produtos culturais. A década de 1960, período marcado pelas comemorações do cinquentenário do município, pode ser considerada de intensa atuação da elite local empenhada em agências culturais na cidade. Agências que buscaram definir uma identidade para Itabuna dentro de relações de forças regionais, a partir de produções culturais como a literatura memorialística, a imprensa e cinema. A cidade foi sendo projetada por meio de imagens e representações. Viso estudar os discursos e ações que dão sustentação a essas agências. A documentação é composta de periódicos, literatura memorialística, fotografias encontradas no Arquivo Público Municipal de Itabuna e no Centro de Documentação e Memória Regional da UESC.

**Palavras-chave:** cidade, produção cultural, comemorações.

A presente comunicação busca refletir sobre a produção de bens culturais e representações históricas do município de Itabuna em torno de datas comemorativas na década de 1960. O objetivo é decodificar os significados dessas produções e representações, tendo como ponto de partida o papel da elite local (grupos, indivíduos e instituições). Estas agências podem ser inseridas em relações de forças na dinâmica cotidiana da cidade e nos jogos de poder relacionados ao processo de regionalização do estado da Bahia nos anos 1950 e 1960.

Como se relacionam a escrita do passado e os usos da memória com os jogos de poder numa determinada sociedade no tempo? Tais práticas são constantemente permeadas por produções culturais que podem evidenciar disputas em torno da hegemonia cultural. O poder não se exerce somente pela força física, material, ele se engendra também pelas redes de produção simbólica, delineando a afirmação de identidades, a legitimação de lugares de pertencimento e a enunciação de projetos ideológicos<sup>1</sup>.

Escolhi como eixo de discussão deste artigo analisar a construção de um produto cultural: o *Guia da Cidade de Itabuna*. A intenção é dupla: nortear a historicidade desta produção e, em seguida, demonstrar as possibilidades metodológicas para o estudo da história urbana e social, especificamente no campo da representação social do espaço<sup>2</sup>.

Levanto a hipótese de que a cidade era um novo objeto e escrevê-la, utilizando elementos como a história, a memória e representações urbanas, era criar espaços de poder e legitimidade para a elite local. Parecia ser preciso se afirmar e se diferenciar, por exemplo, da cidade vizinha Ilhéus, com uma tradição histórica já evidenciada: “sei

que tua irmã siamesa da costa não irá ficar satisfeita com a usurpação do título. Mas não há dúvidas, Itabuna, que és tu a verdadeira cidade do cacau”<sup>3</sup>.

### **1. O Cinquentenário: de *Arraial de Tabocas* à *Cidade Progresso***

Era terra fecunda, o dinheiro fácil, o comércio volumoso atraindo para Tabocas todos os homens que desejavam prosperar, como levas e levas de aventureiros de toda espécie. E aqui se fundiu então a argamassa do trabalho, misturada com suor, sangue e lágrimas, fracassos e vitórias, vida e morte. Foi uma epopéia de fortes e edificantes desta cidade, *centro da região cacauera, capital da riqueza regional*<sup>4</sup>. (grifo meu)

Em meios aos festejos do dia 28 de julho de 1960, o *Diário de Itabuna*, que geralmente circulava com quatro páginas, veiculou um jornal de 30 laudas. Esta edição foi dividida em dois cadernos preenchidos por artigos em homenagem aos cinquenta anos da cidade, a exemplo do editorial supracitado. Naquele dia de festas, amanhecido pelos estampidos dos tiros efetuados por recrutas do Tiro de Guerra 126, o principal evento da programação foi o desfile que percorreu os dois quilômetros retilíneos da Av. Cinquentenário. Organizada pelo poder público, a passeata comemorativa trazia em suas alas e carros alegóricos representações históricas do município, como: “o carro-chefe, Triunfo do Desbravador: representou o primeiro marco da civilização cacauera (...) o carro Fundação do Arraial, representação das figuras dos pioneiros”<sup>5</sup>.

Antigo Arraial de Tabocas, o município de Itabuna está localizado no sul da Bahia e teve sua emancipação política em 1910, quando deixou de ser distrito de Ilhéus. Os dois municípios, Ilhéus e Itabuna, foram os principais produtores de cacau do Brasil durante boa parte do século XX – principalmente na primeira metade – e, por isso, considerados o eixo da chamada “região cacauera”<sup>6</sup>.

Desde o primeiro *boom* econômico impulsionado pela lavoura de cacau no final do século XIX e início do XX que a pauta de exportação baiana era dominada pelas amêndoas do fruto. O cacau se caracterizava como a principal fonte de divisas internas e externas da Bahia. A zona produtora de cacau era responsável nos anos 1950, segundo dados do Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), por:

50% em média das exportações baianas e 5% das exportações brasileiras, ‘A Zona Cacauera’ ocupa 30 a 35% de toda área agrícola da Bahia, aproximadamente 285.000 hectares; com a produção média de dois milhões de sacos, equivalentes a 120.000 toneladas, e tendo atingido em 1958 3.210.00 sacos, correspondentes a 192.600 toneladas, contribui com 95% da produção nacional da amêndoa, com cerca de 20% da produção mundial<sup>7</sup>.

O contexto baiano das décadas de 1950 e 1960 é marcado por uma intensa preocupação com o planejamento econômico do Estado. É importante ressaltar a criação

da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1955, tendo a frente o político e economista Rômulo de Almeida, responsável pela reorganização do IEFB ligado à Universidade da Bahia. Para a área do cacau, o governo federal criou a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em 1957. No governo de Juracy Magalhães (1959-1963) também foi criado o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB)<sup>8</sup>.

A preocupação com o planejamento teve como corolário diversos discursos que fundamentavam uma necessidade de regionalização do Estado. E a área produtora de cacau, pela importância econômica supracitada, foi um dos principais objetos de análises e debates em torno de delimitações e classificações.

O próprio IEFB publicou em 1960 um estudo detalhado intitulado “A Zona Cacaueira”, que teve como organizador Manuel Pinto de Aguiar, então Diretor da Faculdade de Economia da Bahia. O projeto tinha o objetivo de fazer um “levantamento das várias zonas geoeconômicas do Estado, o qual, concluído, constituiria o indispensável mosaico informativo para o diagnóstico global da nossa problemática econômica”. A ideia era ter novos padrões de classificação das zonas econômicas diferentes da classificação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelecida pelo critério fisiográfico. Outra voz que entrou nesse debate foi a do geógrafo Milton Santos que durante a década de 1950 publicou diversos estudos que buscavam regionalizar as áreas baianas, mais especificamente, a “zona do cacau”<sup>9</sup>.

É dentro dessa dinâmica de debates em torno do desenvolvimento da Bahia e de sua regionalização que entra em cena as agências das elites itabunenses numa estratégia de demarcar uma posição, um lugar de poder. Foi preciso inventar a cidade e nada mais adequado do que produtos culturais que lhe desse uma visibilidade a partir de elementos como a história e a memória.

Se até o cinquentenário em 1960 não encontramos evidências de uma organização sistemática do passado, com as comemorações dos cinquenta anos isso parece mudar. Era preciso, como escreveu um cronista do *Diário de Itabuna*: “integrar as partículas históricas até formamos um todo, quando então temos diante de nossos olhos, ou melhor, bem vivida em nosso cérebro todo o passado”<sup>10</sup>.

No período relativamente curto, entre 1960 e 1968, é possível encontrar uma diversidade de materiais produzidos para este fim, como: o *Jequitibá da Taboca: ensaio histórico de Itabuna*, de Oscar Ribeiro Gonçalves e Manoel Bomfim Fogueira, publicado em 1960; *Terras de Itabuna*, do jornalista Carlos Pereira Filho, também

publicado em 1960; *Firmino Alves: fundador de Itabuna*, publicado em 1963 pelo comerciante José Alves Freire; e *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*, publicado em 1968 por José Dantas de Andrade. Esse momento caracteriza um primeiro ímpeto de sistematização do passado histórico da cidade e os memorialistas urbanos foram agentes fundamentais nesse processo. Destaco aqui a importância da imprensa e do setor cinematográfico nessa construção<sup>11</sup>.

Para as discussões propostas ao longo do texto baseio-me nas reflexões de Michel de Certeau sobre as relações de forças que envolvem uma produção cultural. Utilizarei a noção de *estratégia* desenvolvida pelo autor para pensar as práticas culturais da elite de Itabuna no afã de objetivar a cidade por meio de produtos culturais. Para Certeau, as estratégias são “ações, que graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio) elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem”. Às *estratégias* se contrapõem as *táticas*, que são: as “artes de fazer” cotidianas (caminhar, ler, cozinhar, falar, crer); as práticas culturais dos “fracos” (aqueles que não instituem a ordem, mas a subvertem), enfim, a cultura no interstício entre o que é imposto e como essa imposição é consumida. Ou seja, a cultura é pensada como resultado de relações de forças<sup>12</sup>.

## 2. A Cidade e a Dinâmica Urbanística

Desde a década de 1930 começa a se intensificar o processo de urbanização da cidade. As políticas urbanas em Itabuna tiveram seus primeiros indícios a partir dos planos elaborados pelos engenheiros Arquimedes Siqueira Gonçalves e Manoel da Rin em 1927, e Saturnino de Brito Filho em 1935. Até então um núcleo urbano e entreposto comercial, no qual se efetuavam as trocas provenientes da lavoura cacaueteira, Itabuna passava, gradualmente, a ser percebida também através de sua urbanidade e a ser gerida pelo pensamento reformador<sup>13</sup>.

Ao apresentar o relatório do projeto de remodelação e saneamento da cidade entregue ao então Intendente Municipal de Itabuna “exm<sup>o</sup>sñr. cel.” Henrique Alves do Reis, em 1927, os engenheiros Manoel da Rin e Arquimedes de Siqueira Gonçalves, traçavam as primeiras projeções para a futura cidade:

A mais importante das artérias principais é a grande Avenida Central, traçada sobre as ruas Seabra e 7 de Setembro e que se estende em linha recta por dois kilometros, em sentido longitudinal, isto é mais ou menos paralelamente ao rio (...) Esta via principal será o eixo da cidade futura<sup>14</sup>.

A “grande avenida de dois kilometros” é a atual Av. Cinquentenário,

inaugurada em 1960, ainda seguindo os moldes proposto pelos engenheiros que apresentaram o relatório urbanístico em 1927. Ao longo dos trinta anos que decorreram após o seu traçado no papel, a via central, ruas e travessas adjacentes, margeadas pelo rio Cachoeira, foram sendo costuradas por relações socioculturais, constituindo-se enquanto espaço de constantes disputas. Consolidava-se um espaço permeado por sociabilidades e lugares de poder das elites e por vivências e lugares estabelecidos por grupos subalternizados dentro da cidade como os trabalhadores ambulantes, a zona do “meretrício”, mendigos, lavadeiras, “capoeiras”, feirantes e migrantes da zona rural: o centro da cidade de Itabuna<sup>15</sup>.

A contingência de inauguração da avenida é marcada pelas comemorações do cinquentenário: “o espetáculo mais empolgante destes dias pré-cinquentenário é a queda dos monstros da Rua Seabra que remontavam aos dias enlameados e gloriosos de Tabocas, e que permaneciam impedindo o livre curso na artéria principal da cidade”<sup>16</sup>.

A avenida deveria ser o signo de um novo tempo, de uma nova cidade. A estratégia percebida no editorial do *Diário de Itabuna* era a de afastar da cidade as imagens de atraso, como a vida rural ou ausência de pavimentação. Aparecem assim duas percepções da cidade, duas temporalidades: uma alocada num passado remoto, num lugar temporal distante, e presentificada para ser esquecida – os “dias enlameados e gloriosos de Tabocas” –; e outra atual, a cidade moderna e progressista. A primeira marcada pela violência da jagunçada e do poderio dos coronéis de cacau, eminentemente rural, na qual Tabocas era um entreposto comercial, núcleo urbano das trocas, dos tropeiros e viajantes. A outra, cinquentenária, dos empreendedores e financistas, dos leoninos e rotarianos, dos bancos e edifícios, do homem cosmopolita, dos intelectuais, enfim, da cidade centro de uma região<sup>17</sup>.

José Alves de Souza Freire, membro da Associação Comercial de Itabuna (ACI), publicou um livro sobre seu avô – o coronel Firmino Alves –, e registrou sua impressão: “o desfile de pessoas estranhas na Avenida é tão grande, intenso e constante, que nos convence ser uma cidade cosmopolita”<sup>18</sup>.

Se a impressão do cosmopolitismo de Souza Freire expressa indícios da estratégia de enaltecimento da cidade, e pode está carregada de exagero, pode refletir também o aumento populacional significativo registrado naqueles anos. Segundo dados censitários de 1960, o município de Itabuna tinha a quarta maior população do Estado da Bahia, e o distrito sede ficava atrás apenas da capital Salvador e da cidade de Feira de Santana em termos populacionais. Entre os anos de 1950 e 1960 a população citadina

duplicou passando de 25.351 para 59.896 habitantes. Mesmo considerando possíveis alterações metodológicas na obtenção dos dados, a discrepância dos números aponta para um aumento significativo da população que vivia no distrito sede. É difícil definir as causas desse crescimento. Segundo o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (I.E.F.B) a preponderância do município de Itabuna em relação aos demais municípios produtores de cacau em termos populacionais, a partir do decênio 1940/1950, está relacionada ao desenvolvimento das estradas de rodagem, que teria transformado o distrito sede em centro rodoviário<sup>19</sup>.

Reformas urbanas mais significativas ganharam fôlego durante as décadas de 1950 e 1960, como a construção da Av. Cinquentenário e, por conseguinte as ampliações do perímetro central. Esse momento de modificações urbanas foi marcado pela atuação de técnicos e burocratas, alguns dos quais se tornaram prefeitos no período, tais como: o engenheiro civil Francisco Ferreira, o “Dr. Tatu” (1955-59); o funcionário público José de Almeida Alcântara (1959-63); e o engenheiro civil Félix de Almeida Mendonça (1963-66)<sup>20</sup>.

Além da inauguração da Avenida Cinquentenário em 1960 com seus 2000 metros de comprimento, outra ação dessa contingência urbanística foi a fundação da Companhia Urbanizadora de Itabuna (CURSITA) em 1963. A CURSITA, empresa de capital misto, deveria contar com ajuda financeira advinda da Aliança para o Progresso e do Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), seguindo a onda desenvolvimentista que envolvia o país naqueles anos<sup>21</sup>.

A Prefeitura, então administrada pelo engenheiro Félix Mendonça, autorizou a constituição da companhia, que tinha entre seus principais objetivos a higienização do centro da cidade. Tal plano seria executado através da construção de habitações higiênicas num loteamento periférico “adequado” para receber uma população considerada indesejada, formada, principalmente, por pequenos comerciantes, chamados de “favelados e barraqueiros”.

Todos nós participamos da convicção geral de que é necessário dar condições de habitação e de trabalho às centenas de favelados e barraqueiros que infestam o centro urbano da cidade; os apelos se repetem para que o Executivo afaste da ‘urbs’ o que se costumou chamar de ‘kisto’ social, constituído de pequenos comerciantes, mascates, taberneiros, botiquineiros, vendedores de missangas de uma série interminável de quinquilharias que, na realidade infestam – enfeitando-as – as principais artérias da cidade<sup>22</sup>.

A frente das estratégias que sustentaram estes projetos estava articuladores espalhados em grupos de interesses diversos, mas que parecem circular em lugares

comuns dentro da *urbs*, ou pelo menos circunscrever um espaço de atuação específico. Entre a especulação imobiliária, inserções do poder público, disputas e tensões cotidianas, o perímetro central foi concentrado pelos lugares de poder da elite local: repartições do poder público, as associações e entidades de classe, as sedes das gráficas e dos periódicos, as residências, consultórios, escritórios, os bancos e as casas comerciais. O *Guia da Cidade de Itabuna* torna-se um material importante para se perceber essa apropriação do espaço.

### **3. O *Guia da Cidade*: Tornando o Espaço uma Escritura**

O *Guia da Cidade de Itabuna* foi publicado no ano de 1961 sob os auspícios da Associação Comercial de Itabuna (ACI) e tinha entre seus objetivos dotar a cidade de um inventário: “sempre achamos uma grande falha de nossa Itabuna cinquentenária, não ter ainda nenhuma obra com indicações especializadas sobre o que somos e o que possuímos”<sup>23</sup>. Composto e impresso em uma gráfica da cidade, a ITAGRAF, o *Guia* foi um projeto dirigido por José Antonio da Costa com a colaboração de Manoel Coelho Brandão. Ao ler os agradecimentos é possível traçar a rede de indivíduos e instituições que tornaram viável a elaboração deste produto.

O inventário é constituído de dados históricos, características fisiográficas, propagandas do comércio local e pelas “informações úteis”. As “informações úteis” constituem-se de várias seções que descrevem desde a constituição dos poderes públicos do período (Prefeitura, Câmara de Vereadores, Justiça da Comarca de Itabuna), passando pela localização no espaço citadino de instituições sociais como a Ordem dos Advogados, Associação Bahiana de Medicina Regional, Lyons Clube, Rotary Clube, Associação Comercial, Loja Maçônica de Itabuna, Associações de Caridade, etc.

É composto também de uma série intitulada “Itabuna tem” que faz uma listagem, a partir de: endereços de sindicatos, partidos políticos, bairros da cidade, repartições e autarquias municipais, estaduais e federais, jardins, casa de diversões, bibliotecas, clubes recreativos, feiras livres, imprensa falada e escrita, hospitais e casas de saúde, casas religiosas, instituições escolares, serviços de transporte, clubes de futebol, estabelecimentos comerciais e edifícios centrais. Contém também a seção “indicador profissional” que lista endereços residenciais e de trabalho de médicos, advogados, dentistas, engenheiros civis e agrônomos.

A produção do *Guia da Cidade de Itabuna* está inserida no contexto de intensas movimentações urbanísticas e produção cultural que auxiliaram na sistematização de um novo objeto: a cidade de Itabuna; atribuindo-lhe uma identidade unificadora:

“capital brasileira do cacau”, termo que aparece no subtítulo do *Guia*. Como aponta Angel Rama, a *cidade da ordem* está intrinsecamente relacionado à *cidade letrada*:

As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes, superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem<sup>24</sup>.

A cidade que se quis moderna foi sendo constituída de escrituras, controladas pelo afã de fixar e naturalizar os espaços e reservá-los para uma minoria, torná-los atemporais. Mas, em oposição a essa *cidade escrita* (pelo urbanismo, pelos Códigos de Posturas, pela memória hegemônica, pelos guias) se rebela a *cidade real* “que só existe na história e se adequa às transformações da sociedade”<sup>25</sup>.

A cidade é inventada no cotidiano de uma diversidade de grupos, que a vivenciam, e fazem da tela em branco (espaço ordenado) uma tela multicolorida. Uma aquarela do caos, pinceladas por traços desviantes que fazem das avenidas retilíneas lugar também de trabalho e (sobre)vivência. Para pensar essas práticas, utilizo a própria fala subordinadora do prefeito-engenheiro Félix Mendonça, numa leitura a contrapelo: lugar de uma “série interminável de quinquilharias” –, como é possível observar abaixo:



Figura 1 Acervo Fotográfico do Diário de Itabuna, CEDOC/ década de 1960.

Por não está regularizada frente ao poder público e não ser membro associado da ACI, essa Itabuna dos desvios não foi arrolada nas listas do *Guia da Cidade*.

O espaço é entendido como construto de múltiplas semânticas (material, social, cultural e imaginário), que acionado por relações socioculturais pode se constituir em territórios. O território é entendido como o espaço transformado, usado, experimentado,



representado, enfim, vivido<sup>26</sup>. O *Guia da Cidade de Itabuna*, sob este ponto de raciocínio, torna-se um instrumental importante para pensar como a elite urbana de Itabuna territorializou o espaço citadino, confrontando e subalternizando outros territórios de sujeitos e grupos sociais, por meio da hegemonia da linguagem escrita.

O *Guia da Cidade* é uma fonte riquíssima para o historiador que se debruça sobre a história social, sobretudo sobre a história social das elites. Uma das possibilidades metodológicas é o cruzamento dos dados contidos no *Guia* com representações cartográficas da época. Esse cruzamento pode servir de base para a confecção de mapas ilustrativos que auxiliem na análise do cotidiano citadino ao apresentar os lugares de circulação e de poder dos sujeitos daquela sociedade naquele momento.

Por outro lado, ao cruzar essa *cidade das elites* e confrontá-lo com os lugares de circulação de outros sujeitos, como os barraqueiros percebidos nas fotografias, é possível compreender, as tensões e disputas que se estabelecem no cotidiano de uma cidade. O que leva a pensar que existe uma distância a ser considerada entre a cidade escriturária e a cidade real, mas que as duas transformam os espaços em territórios, múltiplos e conflitantes. E da análise dessas transformações é possível estabelecer parâmetros para uma análise sociocultural e histórica.

Entendo que o *Guia da Cidade de Itabuna* se insere no campo de uma *estratégia* engendrada pelas elites na década de 1960 que visava sistematizar um “lugar”. Segundo Certeau: “a estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”<sup>27</sup>. Nesta pesquisa, este “lugar” é a cidade de Itabuna. A hipótese é de que a cidade tornou-se objeto de saberes, acomodada por práticas culturais em torno de comemorações. Os elementos constitutivos dessa estratégia perpassam pela manipulação de memórias, pela instituição da história, por intervenções urbanísticas e, por conseguinte, pela legitimação de uma identidade local.

---

\* Graduado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: nilo\_ornelas@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>2</sup> Cf. KNAUSS, Paulo. “Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro”. *Tempo*, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, pp. 135-148, 1997.

<sup>3</sup> Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD). “Cidade de Itabuna”, por Wilson Rosa da Silva, *Diário de Itabuna*, 28/07/1960. p. 26.

<sup>4</sup> APMIJD. *Diário de Itabuna*, 28/07/1960, p. 1.

<sup>5</sup> APMIJD. “Apoteótica a passagem da data de nossa independência”, *Diário de Itabuna*, 30/07/1960, p.1.

<sup>6</sup> FREITAS, Antonio F. G. de. *Os donos dos frutos de ouro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFBA, Salvador, 1979.

<sup>7</sup> IEFB. *A Zona Cacauzeira*. Publicações da Universidade da Bahia, 1960. p. 8-9.

- <sup>8</sup> Cf. CPE. Programa de recuperação econômica da Bahia. Salvador: CPE, 1958. Sobre o PLANDEB ver TAVARES, Luis H. D. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo; Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001. p. 472.
- <sup>9</sup> IEFB, *A Zona Cacauera*, 1960; Para uma análise dos estudos de Milton Santos no período ver: SILVA, Fábio S.; SILVA, Maria A. “Uma leitura de Milton Santos (1948-1964)”. *GEOSUL*, Florianópolis, v.19, n. 37 p. 157-189, jan-jun de 2004. Cf. SANTOS, M. “Regionalização para fins de Planejamento”. *A Tarde*. Salvador. 15/05/1952. p.3.; \_\_\_\_\_. “A Cidade como Centro de Região. Definições e Métodos de Avaliação”. Salvador. LGER/Universidade da Bahia. 1959; \_\_\_\_\_. *Zona do Cacau*. Introdução ao Estudo Geográfico. Salvador. Artes Gráficas. 1955.
- <sup>10</sup> APMIJD. “Salve Itabuna”, *Diário de Itabuna*, 28/07/1960, p. 24.
- <sup>11</sup> ALPOIM, Alice S. *Era dos Pioneiros*. Itabuna: A Agenciadora, 1961. FREIRE, José A. de S. *Firmino Alves* – Fundador de Itabuna. Itabuna: Edições ITAGRAF, 1963. ANDRADE, José D. de. ANDRADE, José Dantas de. *Itabuna cinquentenária*: documentário fotográfico histórico de Itabuna. Itabuna: S.n., 1960. \_\_\_\_\_. *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*. Itabuna: Gráfica e Editora Itabuna, 1968. GONÇALVES, Oscar R. *O Jequitibá da Taboca*. Ensaios históricos de Itabuna (1849-1960). Oficinas Gráficas da Imprensa da Bahia, 1960. PEREIRA FILHO, Carlos. *Terras de Itabuna*. Rio de Janeiro: Elos, 1960. MENDES, Helena. *Figuras e fatos de Itabuna*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas e Bastos, 1967. Sobre o cinema foram produzidos dois filmes no período: “*A Jovem Cidade*”. Produção: Sani Filmes; Imagens: Osantin; Benedito José; som: Hélio Barrozo Neto; narração: Amaury Valério, 1967. 10 min.,40 seg.; “*Progresso de Itabuna*”. ANGELIM, Waldemar; SANTOS, Jorge. Bahia Filmes, 1960.3 min.
- <sup>12</sup> CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v.1. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 96
- <sup>13</sup> Cf. CARVALHO, Philipe M. S. *Uma cidade em disputa: conflitos e tensões urbanas em Itabuna (1930-1948)*. Dissertação (Mestrado em História), UNEB, Santo Antônio de Jesus-BA, 2009.
- <sup>14</sup> CEDOC/UESC. Relatório do Projeto de Remodelação e Saneamento da Cidade de Itabuna apresentado pelos engenheiros Manoel da Rin e Arquimedes de Siqueira Gonçalves, 1927.
- <sup>15</sup> Sobre as agências de grupos subalternizados na cidade ver: CARVALHO, *Uma cidade em disputa*.2009; SOUSA, E. F. de. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), UFBA, Salvador; MOURA, Giselle R. da C. F. *Valientes, capoeiras e construção de territórios: criminalização e modernidade em Itabuna dos anos 1950*. Monografia de graduação (História). Ilhéus: UESC, 2007; OLIVEIRA, Carolina N. dos Anjos. “Vidas mal-ditas: práticas e trânsitos das trabalhadoras do sexo na cidade de Itabuna (BA) - 1930-1950”. *Territórios e Fronteiras*, V.4 n.1, PPG Mestrado em História UFMT: Jan/Jul de 2011.
- <sup>16</sup> APMIJD. *Diário de Itabuna*, 14/07/1960, p. 1.
- <sup>17</sup> Os termos leoninos e rotarianos referem-se aos membros do Lyons Clube e do Rotary Clube.
- <sup>18</sup> FREIRE, José A. de S. *Firmino Alves*: fundador de Itabuna. Itabuna: Edições ITAGRAF, 1963. p. 35.
- <sup>19</sup> APMIJD. *Coleção de monografias do IBGE*, 2ª ed. (1956) e 3ª ed. (1969). Dados relacionados ao distrito-sede, censos de 1950 e 1960. IEFB. *A Zona Cacauera*, 1960. p. 32. Ressalte-se a necessidade de novas pesquisas para conjecturar outras hipóteses para o crescimento populacional.
- <sup>20</sup> A alcunha “Dr. Tatu” provinha das obras de abertura das ruas para a instalação de canos de esgoto. No governo de Francisco Ferreira a Prefeitura adquiriu frota mecânica para as obras públicas. ROCHA, L.; ANDRADE, M. *De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico*. Ilhéus: Editus, 2005. p. 152-153. José Alcântara era prefeito no cinquentenário em 1960. Félix Mendonça é engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (1955) foi secretário de obras públicas (1961-62) e Prefeito de Itabuna (1963-66). Sobre sua carreira política ver: <http://www.camara.gov.br>, acessado em 23/09/2009.
- <sup>21</sup> APMIJD. “Companhia Urbanizadora de Itabuna”, *Diário de Itabuna*, 13/07/1963, p. 3. O projeto pode ser relacionado ao padrão urbanístico do “tecnocrático desenvolvimentista”, no qual o urbano aparece como uma questão do desenvolvimento, cf. RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”. In: RIBEIRO, L. C.; PECHAMN, R. *Cidade, povo e nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 53-78.
- <sup>22</sup> APMIJD. Mensagem do Prefeito n. 4/63, anexada ao projeto da CURSITA. Desde a década de 1940 foram criados órgãos relacionados à habitação social no Brasil, entendido como dever do Estado desde o período Vargas. Em 1963, também foi criada a Companhia Urbanizadora de Salvador (CURSA). Cf. BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. p. 122.
- <sup>23</sup> Ofício da ACI endereçado ao diretor do “Guia da cidade” José Antonio da Costa, 20/10/1961. Cf. COSTA, J. A. *Guia da Cidade de Itabuna: a capital brasileira do cacau*. Itabuna: ITAGRAF, 1961. p. 5.
- <sup>24</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 53
- <sup>25</sup> *Idem*, p. 65.
- <sup>26</sup> SANTOS, Milton. “O retorno do território”. *OSAL (Observatório Social da América Latina)*, Buenos Aires: ano 6, nº 16, pp. 251-261, junho de 2005.

---

<sup>27</sup> CERTEAU, *Op.cit.*, 2012, p. 93.